



RELATO DE CASO

Compreendendo a estrutura familiar e sua relação com a parentalidade: relato de caso de um casal em terapia de abordagem sistêmica

Tatiana Raquel Stürmer^a

Angela Helena Marin^b

Debora Silva de Oliveira^c

^a Especialização. Psicóloga.

^b Doutora em Psicologia, professora do curso de graduação e pós graduação em Psicologia na Unisinos, membro do Instituto da Família de Porto Alegre (INFAPA).

^c Doutora em Psicologia, professora do curso de Graduação em Psicologia na PUCRS, membro do Instituto da Família de Porto Alegre (INFAPA).

Instituição: Instituto da Família de Porto Alegre

Resumo

O presente estudo teve como objetivo compreender a relação entre a estrutura familiar e o exercício da parentalidade a partir do estudo de caso de um casal heterossexual com idade entre 35 e 40 anos, que tinha dois filhos pequenos e que realizou atendimento conjugal de abordagem sistêmica em uma Instituição de Formação em Terapia de Casal e Família na cidade de Porto Alegre/RS. Por meio da análise de conteúdo qualitativa dos registros dos atendimentos, observou-se que a estrutura familiar e a parentalidade estiveram associadas a dificuldades conjugais que perpassavam o exercício da maternidade e da paternidade, além da

estrutura familiar constituída, reforçada pelo conflito com a família de origem, a rotina familiar, as finanças e as habilidades pessoais para resolução de conflitos. Nesse sentido, acredita-se que o trabalho com hierarquias, fronteiras e estabelecimento de papéis auxiliou o casal a refletir e promover mudanças familiares visando maior bem-estar de todos.

Palavras-chave: Estrutura Familiar; Terapia de Casal; Parentalidade.

Abstract

This study aimed to understand the relationship between family structure and the exercise of parenting from the case study of a heterosexual couple aged 35 and 40, who had two small children and made systemic approach to conjugal care in an institution formation in Couple and Family Therapy in Porto Alegre / RS. Through qualitative content analysis of records of visits it was observed that the family structure and parenting were associated with marital difficulties that pass by the exercise of maternity and paternity, as well as made family structure, reinforced by the conflict with the family of origin the family routine, finances and personal skills for conflict resolution. In this sense, it is believed that working with hierarchies, boundaries and establishing roles, helped the couple to reflect and promote family changes aimed at greater well-being.

Keywords: Family structure; Couple therapy; Parenting.

Introdução

A família contemporânea vem sofrendo inúmeras modificações, as quais se relacionam com as mudanças que a sociedade tem passado^{28,30,31}. Segundo Minuchin¹, a família é um sistema aberto em constante transformação com os sistemas extrafamiliares. As ações de cada um de seus membros são conduzidas pelas características específicas do próprio sistema familiar, mas também pelas necessidades e preocupações externas. Nesse sentido, no presente estudo teve-se como objetivo compreender a relação entre estrutura familiar e exercício da parentalidade por meio do estudo de caso de um casal em processo psicoterapêutico de abordagem sistêmica, que será chamado de Família Silva, composta por um casal heterossexual e dois filhos meninos pequenos (3 e 6 anos). Para tanto, teve-se como fundamentação os pressupostos da Escola Estrutural, especialmente os desenvolvidos por Minuchin¹.

De acordo com Minuchin¹, a estrutura familiar é constituída por um “conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a maneira pela qual os membros da família interagem” (p. 57). Assim, a família é um sistema que funciona através de padrões transacionais, que são determinados por comportamentos repetitivos e que regulam o comportamento de seus membros a partir das relações estabelecidas entre eles^{1,33,31}. A partir dessas interações, os padrões se constituem e determinam-se os papéis familiares, mantendo, assim, a homeostase da família. Tais padrões transacionais são mantidos por dois sistemas de repressão: o genérico

e o idiossincrático. O primeiro envolve as regras universais que orientam a organização familiar, como a hierarquia de poder entre pais e filhos e a complementaridade de funções entre marido e mulher. Esse sistema está relacionado às regras sociais, que não são exclusivas de uma única família, pois são compartilhadas por diferentes núcleos familiares dentro de um mesmo contexto. Já o sistema idiossincrático é o que está ligado às expectativas mútuas entre os membros. A origem dessas expectativas centra-se em pequenos eventos cotidianos, que permeiam anos de negociações explícitas e implícitas; ou em contratos originais esquecidos e não explicitados, a partir dos quais os padrões permanecem^{2,1,33}.

Além da estrutura familiar, a organização da família também é conduzida pelos acordos que transpassam a convivência em diferentes níveis. Essa organização se estrutura a partir de subsistemas, que são “agrupamentos familiares baseados em gerações, gêneros e interesses comuns” (p. 184)³. Dessa forma, os indivíduos se organizam em subsistemas menores e desenvolvem papéis diferentes em cada um deles, como, por exemplo, no subsistema conjugal, parental e fraterno³. Nessa perspectiva, a família é entendida como um sistema que apoia uma estrutura hierárquica, constituída em subsistemas, ou seja, ela própria contendo outros sistemas com regras que regulam os relacionamentos entre si.

Todo subsistema familiar possui demandas e funções específicas e a estrutura familiar deve ser capaz de se adaptar quando as circunstâncias mudam. Nesse sentido, a continuidade e a flexibilidade dos sistemas e subsistemas são importantes para a acomodação e a adaptação das mudanças contextuais e evolutivas ao longo da vida³. Por exemplo, a forma como os subsistemas conjugal e parental, enfatizados neste estudo, se relacionam pode ser influenciada pela etapa do ciclo vital em que a família se encontra⁴.

O subsistema conjugal é formado quando dois adultos se unem com o propósito expresso de formar uma família, considerando que ambos trazem consigo valores e experiências de cada um. Esse subsistema tem tarefas e funções específicas, que são vitais para o funcionamento familiar^{1,31}. Nesse sentido, as principais habilidades para a implementação de suas tarefas são a complementaridade e a acomodação mútua, garantindo a qualidade e a satisfação conjugal^{26,24,25}. Isto é, o casal deve desenvolver padrões de complementaridade que permitam a cada um envolver-se com o outro, sem a sensação de que renunciou a si mesmo. Ambos devem conceder parte de sua separação para ganhar em pertencimento. Contudo, a aceitação da interdependência mútua, numa relação simétrica, pode ser prejudicada pela insistência dos cônjuges em seus direitos independentes¹.

Após o nascimento do primeiro filho, o subsistema conjugal é modificado, inaugurando-se o subsistema parental. Esses novos pais precisarão separar os desafios da conjugalidade dos da parentalidade, passando a fazer parte simultaneamente dos subsistemas conjugal e parental^{1,2}. O subsistema parental deverá se diferenciar, para poder desempenhar as tarefas de socialização de uma criança, sem perder o apoio mútuo, que deve caracterizar o conjugal^{31,27}.

Da Silva⁵ define a parentalidade como conjunto de processos psicoafetivos que se desenvolvem e se integram aos pais, ou seja, se refere ao aspecto dinâmico e processual da experiência de se tornar pai e mãe. À medida que a criança cresce, suas exigências de desenvolvimento, tanto de autonomia como de orientação,

impõem demandas ao subsistema parental, que deve ser modificado para atendê-las. Esse subsistema deverá se adaptar aos novos fatores, que incidem sobre as tarefas de socialização e estar em sintonia com as regras e disciplina em relação à educação dos filhos³¹. Espera-se, portanto, que os pais compreendam as necessidades de desenvolvimento dos filhos e expliquem as regras que acordam com eles.

Para Minuchin¹, as fronteiras desempenham um papel importante no exercício da parentalidade. De forma semelhante, Nichols e Schwartz³ referem que os indivíduos, os subsistemas e as famílias são demarcados por fronteiras, que são barreiras invisíveis que os delimitam. Os subsistemas se organizam através de fronteiras, que definem quem participa, bem como quando e de que forma existe a participação dos membros nas relações familiares¹. Assim, o uso da autoridade e o acordo em relação às fronteiras são fundamentais no subsistema parental e estão relacionados à identidade pessoal, social e psicossocial de cada indivíduo²⁷.

As duas principais funções das fronteiras são proteção e diferenciação dos indivíduos^{1,6}. A função da proteção consiste na capacidade de construir uma fronteira permeável ou semipermeável diante das trocas entre os diferentes subsistemas, possibilitando a diferenciação entre os mesmos. Dessa maneira, as fronteiras promovem a seleção de quem participa e como participa de um determinado subsistema¹. Assim, entre o subsistema conjugal e parental deve-se estabelecer uma fronteira do casal, que define os assuntos das conversas que devem ocorrer sem a presença dos filhos.

As fronteiras podem ser classificadas como nítidas, difusas e rígidas. As fronteiras nítidas são aquelas em que a família mantém um funcionamento apropriado, conseguindo determinar claramente as funções e o espaço que cada integrante de um subsistema desempenha e ocupa, existindo a comunicação e ajuda mútua entre os subsistemas^{1,31}. Fala-se em fronteiras difusas quando não existem limites entre os subsistemas, pois são frágeis e de fácil atravessamento. Fronteiras enfraquecidas fazem com que os membros da família frequentemente reajam de maneira exagerada e intrusiva uns com os outros^{3,31}. As famílias que possuem fronteiras difusas podem ser chamadas de famílias emaranhadas^{1,33} ou famílias aglutinadas⁷. Essas famílias possuem uma indiferenciação entre os subsistemas, e a distância entre seus membros é quase inexistente. Sendo assim, o problema de um de seus membros ou em um dos subsistemas acaba se expandindo aos demais, tornando-se de toda família. Essa falta de diferenciação entre os subsistemas acaba por desencorajar a autonomia e a procura de recursos para resolver e lidar com os problemas. Por fim, encontram-se as famílias desligadas^{1,33} ou desengajadas⁷, que possuem fronteiras excessivamente rígidas entre os subsistemas. As famílias com esse funcionamento apresentam comunicação dificultada e função protetiva comprometida. A relação caracteriza-se por distanciamento emocional e vínculos frágeis entre os membros, prejudicando a formação de sentimentos de lealdade e de pertencimento³¹.

Para refletir sobre a união familiar e promoção de autonomia é necessário o reconhecimento dos papéis e funções de cada indivíduo e das fronteiras que estabelecem entre si. Entende-se que a investigação da relação entre estrutura familiar e parentalidade é necessária, pois possibilita a criação de estratégias que auxiliem na promoção de uma educação mais efetiva aos filhos, beneficiando a saúde e bem-estar de todos os

envolvidos. Assim, um subsistema conjugal e uma estrutura familiar saudável estão relacionados ao exercício da parentalidade.

Método

Delineamento

Foi realizado um estudo qualitativo, exploratório e longitudinal, com delineamento de estudo de caso único⁸, com a finalidade de compreender a relação da estrutura familiar e o exercício da parentalidade em um casal em processo psicoterapêutico de abordagem sistêmica.

Participantes

Participou um casal heterossexual, com dez anos de relacionamento e sete de coabitação, de nível socioeconômico médio, ambos com ensino superior completo, os quais tinham dois filhos, Benício, com 6 anos, e Gustavo, com 3 anos. A mãe, Maria, 36 anos, era funcionária em uma empresa de grande porte, e João, o pai, 35 anos, havia recentemente ingressado em uma empresa pública via concurso. A família não tinha histórico de atendimento psicoterápico anterior, apenas João já tinha tido acompanhamento psiquiátrico. A família foi denominada como Família Silva, e, no intuito de preservar a sua identidade e a confidencialidade dos dados, foram utilizados nomes fictícios.

Instrumentos, procedimentos éticos e de coleta de dados

O acompanhamento terapêutico aconteceu em um Instituto de formação em terapia de casais e famílias na cidade de Porto Alegre/RS de março até dezembro de 2015, totalizando 30 sessões. O casal era atendido a cada 20 dias devido aos horários do trabalho de Maria, que viajava mensalmente. Em função disso, algumas vezes eram atendidos duas vezes na mesma semana. Como instrumentos de trabalho foram usados dados oriundos da entrevista de triagem, da ficha de dados sociodemográficos com base no prontuário da família e do registro dos atendimentos, abertos e não estruturados, escritos pela primeira autora após o término dos atendimentos e escolhidos aleatoriamente para análise dos dados. Todo o processo terapêutico foi amplamente discutido e supervisionado por psicólogas especialistas em Terapia de Casal e Família. Destaca-se que o casal aceitou participar do estudo e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, atendendo à Resolução n. 446/2012 do Conselho Nacional de Saúde. No que tange aos procedimentos de análise de dados, foi realizada análise de conteúdo (AC) qualitativa^{9,10} dos registros das sessões e elencadas categorias *a posteriori*, as quais foram discutidas com as supervisoras clínicas.

Resultados e discussão

Para realização da análise de conteúdo, as categorias elencadas para discussão, após leituras exaustivas dos dados, foram: *subsistema conjugal versus subsistema parental e estrutura familiar*. Contudo, para fins de apresentação e melhor compreensão do caso, inicialmente será apresentada a história da Família Silva e os motivos de busca por atendimento. Destaca-se que não foram trazidas vinhetas ilustrativas das categorias de análise, pois o material analisado foi o relato da sessão feito pela terapeuta de forma não dialogada.

A Família Silva: a história de João e Maria

Maria, natural de Porto Alegre, teve a oportunidade de trabalhar em São Paulo, onde conheceu João, que trabalhava em informática e morava com sua mãe e irmãs. Iniciaram o namoro morando em cidades diferentes, portanto viam-se somente aos finais de semana. O casal se dava bem e o relacionamento era prazeroso e agradável. Maria já havia percebido algumas explosões de raiva que João tinha com a família de origem, entretanto isso não repercutia em sua relação.

Após três anos de namoro, tiveram o primeiro filho, Benício (atualmente com 7 anos), que nasceu em São Paulo. Maria teve ajuda de sua mãe, que se deslocou de Porto Alegre. A convivência diária de João com o filho deu-se, aproximadamente, após o primeiro ano de vida, quando foi demitido e passou a morar junto à família.

Maria engravidou do segundo filho quando Benício estava com 3 anos. Na gestação de Gustavo (atualmente com 3 anos), optaram por morar em Porto Alegre, pois consideravam a cidade mais tranquila. Durante muitos anos, moraram com a família de origem de Maria em função de complicações após o nascimento do bebê, o que impediu que se mudassem para outro local e se independizassem da família de Maria. Nessa época, surgiram atritos entre o casal e os filhos, bem como discussões com seus sogros. João mencionou diversas vezes que era maltratado e que se sentia mal no ambiente da família de Maria, pois sentia que “não era bem-vindo”.

Costumam ser comuns conflitos quando do enfrentamento de situações estressantes, como influência da família de origem no exercício da parentalidade e educação dos filhos¹⁴. No caso da Família Silva, o fato de terem tido a necessidade de dividir a casa com a família de origem de Maria exacerbou as dificuldades entre o casal e entre eles e os filhos. Um dos aspectos que contribuiu para tais dificuldades se referia à interferência que os avós maternos exerciam na educação dos netos, priorizando a vontade dos mesmos e contrariando o pai quando os punia. Após essa questão ter sido tema de algumas sessões, João e Maria alugaram um apartamento no qual estavam morando com os filhos.

Outro aspecto familiar relevante diz respeito a João, que estava há seis meses desempregado e no aguardo da convocação de um concurso público que fora aprovado. Naquele período, Maria foi a principal

provedora. Apesar de receber seguro-desemprego, usava-o para manter seu vício de cigarro e maconha, dos quais fazia uso desde os 13 anos.

João e Maria procuram acompanhamento psicológico por não estarem de acordo com a educação dos filhos. Foi a primeira experiência do casal com terapia conjugal. Maria relatou que João era “muito agressivo, explosivo e impaciente” com ela e com os filhos e que não iria mais tolerar nenhum tipo de “agressão física e verbal”. Já João verbalizava que Maria tirava sua autoridade como pai e que era “muito protetora”.

Subsistema conjugal x subsistema parental

Essa categoria diz respeito ao quanto o subsistema conjugal e o parental estão relacionados. De acordo com Erel e Burman¹⁷, pode haver uma espécie de *spillover* (transbordamento) dos conflitos e de reverberações tanto positivas quanto negativas entre a qualidade da relação conjugal e o relacionamento dos pais para com os filhos no enfrentamento dos desafios.

O relacionamento conjugal de João e Maria mostrava-se instável, intercalando bons e maus momentos. O descontrole de João aparecia, principalmente, quando abstinente da maconha, o que o deixava mais irritadiço e intolerante. Maria, por vezes, também se alterava, no entanto não usava de insultos. O comportamento de ambos fazia com que um se afastasse do outro, ficando a comunicação e a proximidade prejudicadas. Segundo Walsh¹¹, a diferença entre os casais saudáveis e os disfuncionais não está na presença ou ausência de problemas, mas na maneira como os resolvem. De acordo com Patterson¹², pais com inabilidade interpessoal terão dificuldades em lidar tanto com questões conjugais quanto parentais. Inclui-se, tenderão a ter pouca tolerância e paciência no contato com o outro. Nessa perspectiva, constatava-se que as dificuldades no relacionamento conjugal tinham origem na falta de habilidade interpessoal e pouca flexibilidade que João e Maria tinham para lidar com as necessidades dos filhos.

A divisão das tarefas também acabou sendo um motivo de conflito. Ao longo do processo terapêutico, João saiu de sua zona de conforto. Reiniciou sua trajetória profissional e social, assumiu a responsabilidade pelos filhos e pela casa nos dias em que Maria fica ausente por causa do trabalho. Contudo, quando Maria estava de folga do trabalho, João transferia todos os cuidados dos filhos e da casa para ela. A única atividade para a qual João se dedicava quando a esposa estava em casa era a alimentação, pois, segundo ele, era o “único trabalho doméstico que gostava de fazer”. Tal fato incomodava Maria, que via seu marido como “estando de férias”.

A questão da divisão de tarefas foi um ponto bastante trabalhado no processo terapêutico. Ambos concordaram que as divergências da parentalidade dificultavam a relação conjugal. A maternidade e a paternidade são funções complementares que se desenvolvem em uma estrutura cultural e familiar¹⁶. Contudo, por muito tempo o homem ocupou o lugar de provedor e mantenedor de limites e leis familiares, afastando-se da realidade doméstica e de seus filhos. Essa concepção vem sofrendo transformações na última década,

desencadeadas desde a inserção da mulher no mercado de trabalho, mas ainda era um ponto de embate entre o casal.

Tais dados corroboram o que afirmam Erel e Burman¹⁷ ao pontuarem que os conflitos conjugais tendem a afetar negativamente todo o funcionamento familiar e demais subsistemas, incluindo as relações parentais. Nesse mesmo sentido, Minuchin² menciona que os conflitos não resolvidos entre os cônjuges podem ser carregados para dentro da área da educação infantil, porque o casal pode não conseguir separar as funções parentais das conjugais.

Estrutura familiar

Essa categoria diz respeito aos aspectos relacionados à estrutura familiar. Estrutura familiar é formada por padrões transacionais que determinam os relacionamentos entre seus membros. Esses padrões são influenciados por comportamentos repetitivos que, de acordo com Minuchin¹, constituem a identidade do indivíduo e, ao mesmo tempo, conservam a estrutura familiar, assim como sustentam o modo como todos se relacionam. Ademais, os dois sistemas de repressão propostos pelo autor podem ser observados nitidamente na Família Silva. O sistema de repressão genérico, que consiste na hierarquia de poder entre pais e filhos, podia ser observado quando João se exaltava com algum dos filhos e Maria o interrompia, colocando-se à frente dos mesmos, ordenando que João se retirasse do ambiente. Ainda que a mãe não estivesse presente em todas as situações, os filhos se dirigiam a ela ao menor indício de represália do pai. Essa situação, que já havia se tornado um padrão familiar, evidenciava que não existia uma hierarquia entre João e os filhos, mas um domínio por parte da mãe, que reforçava sua autoridade ao mesmo tempo em que o desautorizava. Portanto, ficava clara a aliança entre a mãe e os filhos, resultando em um distanciamento do pai.

Quanto ao sistema de repressão dos padrões transacionais idiossincrásico, que se refere aos pequenos eventos do cotidiano, percebeu-se que a família não tinha regras explícitas e estáveis, principalmente em relação aos filhos. Para isso, foi utilizado o espaço dos atendimentos para que tais regras fossem definidas. Cinco regras foram eleitas em consenso pelo casal, a saber: não bater, não gritar, não ofender, tomar refrigerante somente aos finais de semana e não comer doces antes das refeições. Essas regras, voltadas para a convivência e rotina familiar, serviram para nortear o comportamento de todos, além de deixarem claro o que não seria aceitável. Nesse sentido, observou-se que o processo terapêutico com vistas à mudança de comportamento auxiliou a família a se reorganizar enquanto estrutura familiar, com regras explícitas e combinadas antecipadamente.

Os conflitos sobre as funções e práticas parentais foram tema de muitas sessões. A partir da pergunta “como era o papel de pai e de mãe?”, Maria respondeu que “ser mãe é proteger e cuidar além de ensinar os limites que os filhos devem ter”. Para João, além de proteger e cuidar dos filhos, a função paterna também estava relacionada a “contê-los quando não agem de acordo com o que os pais esperam de seus comportamentos”. Quando questionados se suas crenças estavam de acordo com a prática, Maria referiu que tentava fazer o que

acreditava ser certo, mas que algumas vezes, em função do cansaço, acabava não sendo tão compreensiva. Já João verbalizou que tinha “cuidado com os filhos, mas exigia respeito acima de tudo e que não tolerava ser contrariado por eles”.

Outro aspecto que se observou foi o choque dos modelos educativos de João e de Maria. Na tentativa de reforçar seus valores e crenças, atacavam-se e agrediam-se verbalmente. João desejava que seus filhos fossem obedientes e se tornassem submissos às regras impostas e, quando isso não acontecia, se portava de forma agressiva e impulsiva, especialmente com o filho mais velho, colocando-o de castigo. Dizia ser autoritário para que o obedecessem, por vezes até os punindo fisicamente. Frente à carência de recursos adequados, padrões violentos e de comunicação inadequada eram mantidos e determinavam as interações na família.

De acordo com Sei e Gomes¹⁸, a violência familiar pode ser entendida como um fenômeno que perpassa várias gerações, repetindo-se e configurando um cenário de transmissão psíquica transgeracional, podendo desencadear traumas para quem sofre violência, através de sua introjeção sem elaboração e, por conseguinte, levando a sua reprodução. Percebeu-se que tanto João quanto Maria estavam agindo com os filhos de maneira semelhante aos modelos familiares de origem. João teve um pai impaciente, agressivo e controlador, especialmente em situações de obediência. Quando dizia não ter boas lembranças e se dar conta de que seus filhos poderiam estar sentindo o que sentia em sua infância, emocionava-se. Já Maria teve pais tolerantes e compreensivos, e questionava-se se não eram “bonzinhos ou permissivos demais”.

Fazer a compreensão do aspecto transgeracional do modelo de educação dos filhos ajudou na compreensão da estrutura familiar e na sua relação com a parentalidade. Pode-se pensar que João não desenvolveu estratégias adequadas para a solução de seus problemas por estar, possivelmente, reproduzindo padrões violentos de interação experienciados com sua família de origem e que agora refletiam em sua relação familiar. Maria, por sua vez, também se deu conta de que estava ocupando o papel de “boazinha e permissiva”. Contudo, referia que tal atitude também podia estar associada à culpa que sentia por estar ausente de casa por muitos dias.

Pode-se dizer que a Família Silva apresentava fronteiras difusas, o que promovia um padrão de funcionamento emaranhado com destaque para o subsistema mãe/filhos, fazendo com que João assumisse uma posição desligada/ausente enquanto pai. As fronteiras difusas se caracterizam por serem frágeis e de fácil atravessamento¹. Tal aspecto era observado nos desentendimentos entre pai e filhos, que aconteciam quando o filho mais velho não o obedecia. Um exemplo dessa questão foi relatado pelo casal: João pede ao filho algumas vezes que coloque o papel de bala no lixo e não deixe o papel no chão, mas o filho não o obedece. João se descontrola, grita e leva o filho, pelo braço, até a lixeira mais próxima. Presenciando tal atitude, Maria se une ao filho e se coloca contra o marido, exigindo que ele pare e se retire. Dessa forma, fica mais uma vez evidente a coalizão entre mãe e filho. Sabe-se que a coalizão consiste na aliança de duas pessoas contra uma terceira, e as alianças baseiam-se no estabelecimento de um acordo entre dois membros da tríade, enquanto o terceiro encontra-se em uma situação de desacordo e distanciado da relação⁶.

A díade parental é responsável por estabelecer as fronteiras familiares, das quais dependerá a qualidade do funcionamento estrutural da família. Assim, as discordâncias entre o casal geravam inúmeras brigas, já que, de um lado, João se sentia inferiorizado na função paterna e, de outro, Maria não estabelecia limites claros em relação à educação dos filhos. Nessas situações, ficava evidente que a hierarquia e as fronteiras não eram claras, visto a desigualdade na relação de poder dos pais e a coalizão na relação entre a mãe e os filhos. Essa questão é fundamentada pelo que afirma McHale²⁰, pontuando que o exercício da parentalidade está associado à extensão na qual o pai e a mãe se dividem na liderança e se apoiam nos seus papéis parentais.

Uma questão que parecia enfatizar a hierarquia de Maria se referia ao fato de ser a mantenedora da casa. Ainda que Maria tenha aceitado que João se mantivesse desempregado, assumindo todas as despesas até que fosse chamado no concurso público, mostrava-se desconfortável, e isso influenciava negativamente na vida do casal¹⁵. O dinheiro, quando se torna um motivo de conflito, pode conduzir a expressões de intenso sentimento de raiva e de agressividade, ameaçando a qualidade das relações conjugais^{15,34}.

Quanto mais Maria estava nesse papel de provedora da família, mais reforçava o seu próprio poder e hierarquia diante dos filhos no funcionamento familiar, sentindo-se, possivelmente, no direito de desautorizar João. Pesquisas confirmam que o poder, a falta de igualdade na relação, pode estar relacionado aos principais motivos de conflito entre os cônjuges²⁹. Portanto, para Walsh¹¹, a família Silva poderia ser caracterizada como disfuncional, definida por um desequilíbrio de poder no casal. Quanto maior a dominância e autoridade de um sobre o outro, maior tende a ser a disfuncionalidade do casal e, por consequência, da família e da parentalidade.

Diante de todos os conflitos apresentados pela família (influência da família de origem, questões financeiras, falta de habilidades pessoal para resolução de conflitos, divergências na parentalidade), observava-se um impacto negativo no desenvolvimento dos filhos. Benício e Gustavo mostravam sintomas de agressividade física e verbal quando contrariados e frente à imposição de limites, tarefas e regras, demonstrando baixa tolerância à frustração. Nesse sentido, compreende-se que o desenvolvimento infantil está pautado em modelos de relação que se estabelecem na família²¹. Grych, Seid e Fincham²² comprovaram que crianças com problemas de internalização e externalização também possuíam pais com poucos recursos na resolução dos conflitos conjugais. Para McHale²¹, é no modelo de parentalidade e nas interações pais-filhos que a criança aprende a noção de autoridade, o modo como deve negociar e lidar perante um conflito em uma relação vertical e desenvolver o sentido de filiação e de pertença familiar²⁰.

Por fim, destaca-se que houve mudanças positivas importantes. João estava em busca de estratégias adequadas, tornou-se mais paciente e tolerante e cessou com os episódios de agressões físicas. Já Maria deu-se conta de que ser muito “boazinha” também significava ser permissiva e que tanta permissividade não era saudável para os filhos. Estava conseguindo ser exigente quando percebia ser necessário, sem deixar de ser compreensiva. Dessa forma, ambos estavam tentando buscar equilíbrio no exercício da parentalidade. De acordo com Sousa¹⁸, ainda que o subsistema parental comece por construir um modelo de parentalidade resultante daquele das famílias de origem, é a evolução familiar, os contextos e as vivências da própria família que vão

desenvolver o modelo de parentalidade adotado. Tais mudanças refletem como a família maneja as regras e os papéis exercidos nesse contexto, e foram essas questões, como já apresentado, um dos focos do tratamento.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo compreender a estrutura familiar e sua relação com a parentalidade. Pode-se constatar que a estrutura familiar está implicada no exercício da parentalidade. Existia um desequilíbrio de poder entre João e Maria, uma vez que não havia acordos, e sim imposições sobre as suas funções. A falta de fronteiras e o excesso de hierarquia implicavam relações negativas em todos os subsistemas.

Terapeuticamente, o desafio seguiu na tentativa de sensibilizá-los do quanto era importante ter equilíbrio entre o exercício da parentalidade e as habilidades pessoais na resolução de conflitos. Observava-se que ambos estavam aprendendo a lidar com as consequências dos seus comportamentos quando não estavam de acordo com o que consideravam ideal.

É importante salientar que João, além da terapia de casal, também começou um tratamento individual e psiquiátrico, devido ao seu comportamento aditivo. Embora os encontros terapêuticos não seguissem um padrão semanal, percebeu-se que João conseguiu fazer avanços e vinha usando estratégias para conter sua impulsividade. Maria também tinha percebido que devia permitir que João exercesse sua autoridade como pai, abrindo espaço para uma maior aproximação e respeito entre ele e os filhos. Portanto, mesmo que o casal ainda precisasse desenvolver maior capacidade de negociação e complementaridade, evitando situações de violência física e emocional tanto entre eles quanto com os filhos, já tinham conseguido importantes mudanças, o que leva a crer que os objetivos terapêuticos foram alcançados.

Como desafios, pontua-se a descontinuidade do processo terapêutico, que, devido às demandas de trabalho de Maria, tinha uma periodicidade particular. Esse aspecto foi bastante discutido em supervisão no sentido de buscar amenizar seu efeito no processo. Demandas dessa natureza fazem parte do contexto contemporâneo e acredita-se que terapeutas e supervisores precisam discuti-las para melhor manejá-las. Por fim, destaca-se que o entendimento da complexidade da relação entre parentalidade e estrutura familiar e os poucos achados sobre esse tema indicam a necessidade de ampliação de pesquisas que contemplem essa inter-relação.

Referências

1. Minuchin S. Famílias: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artmed; 1982.
2. Minuchin S. Famílias: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artmed; 1990.
3. Nichols MP, Schwartz RC. Terapia familiar: conceitos e métodos. Porto Alegre: Artmed; 2007.

4. McGoldrick M, Gerson R. Genetogramas e o ciclo de vida familiar. In: Carter B, McGoldrick M. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artmed; 1995. p. 144-66.
5. Da Silva MCP. A construção da parentalidade em mães adolescentes: um modelo de prevenção e intervenção. Curitiba: Honoris Causa; 2011.
6. Miermont J, Molina-Loza CA. Dicionário de terapias familiares: teorias e práticas. Porto Alegre: Artes Médicas; 1994.
7. Calil VLL. Terapia de família e casal: introdução às abordagens sistêmica e psicanalítica. 1ª ed. São Paulo: Summus; 1987.
8. Stake RE. Handbook of qualitative research. Londres: Sage; 1994.
9. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977.
10. Laville C, Dionne J. A construção do saber. Porto Alegre: Artmed; 1999.
11. Walsh F. Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença? In: Andolfi M, organizador. A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional. Porto Alegre: Artmed; 2002. p. 13-28.
12. Patterson GR, DeBaryshe BD, Ramsey E. A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*. 1989;44(2):329-35.
13. Cummings EM, Davies PT. Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*. 2002;43:31-63.
14. Vandervalk I, Spruijt E, De Goede M, Meeus W, Maas C. Marital status, marital process, and parental resources in predicting adolescents' emotional adjustment: a multilevel analysis. *Journal of Family Issues*. 2004;25(3):291-317.
15. Fleck A, Wagner A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*. 2003;8:31-8.
16. Oiberman A. La relacion padre-bebe: una revision bibliografica. *Revista Hospital Materno Infantil Ramón Sardá*. 1994;18(2):66-72.
17. Erel O, Burman B. Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: a meta-analytic review. *Psychological Bulletin*. 1995;118(1):108-32.
18. Sei MB, Gomes IC. Violência familiar, o transgeracional e a arteterapia com famílias: aproximações. *Encontro: Revista de Psicologia*; 2007;11(16):133-9.
19. Sousa J. As famílias como projetos de vida: o desenvolvimento de competências resilientes na conjugalidade e na parentalidade. *Saber (e) Educar*. 2006;11:41-7.
20. McHale JP. Coparenting and triadic interactions during infancy: the roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology*. 1995;31(6):985-96.

21. Gerard JM, Krishnakumar A, Maladjustment CB. A longitudinal investigation of spillover effects. *Journal of Family Issues*. 2006;27:951. DOI: 10.1177/0192513X05286020.
22. Grych JH, Seid M, Fincham FD. Assessing marital conflict from the child's perspective: the children's perception of interparental conflict scale. *Child Development*. 1992;63:558-72. DOI: 10.2307/1131346.
23. Hameister B, Grzybowski L, Wagner A. As repercussões nos filhos dos conflitos conjugais dos pais. In: Wagner A, Mossmann C, Falcke D. *Viver a dois: oportunidades e desafios da conjugalidade*. São Leopoldo: Editora Sinodal; 2015. p. 69-78.
24. Mossmann C, Zordan E, Wagner A. A qualidade conjugal como fator de proteção do ambiente familiar. In: Wagner A, organizador. *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed; 2011. p. 58-71.
25. Mossmann C, Levandowski D, Costa C, Zordan E, Rosado J, Wagner A. Qualidade conjugal: como os casais avaliam seu relacionamento? In: Wagner A, Mossmann C, Falcke D. *Viver a dois: oportunidades e desafios da conjugalidade*. São Leopoldo: Editora Sinodal; 2015. p. 19- 32.
26. Neto J, Strey M, Magalhães A. Sobre as motivações para a conjugalidade. In: Wagner A, organizador. *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed; 2011. p. 39-57.
27. Osório LC. *Casais e famílias: uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed; 2002.
28. Passos M. Vicissitudes do tempo na formação dos laços familiares. In: Féres-Carneiro T, organizador. *Família e casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos*. Rio de Janeiro: PUC-RIO; 2015. p. 11-24.
29. Scheeren, Neumann, Grzybowski, Wagner. Como se caracterizam os conflitos conjugais? In: Wagner A, Mossmann C, Falcke D. *Viver a dois: oportunidades e desafios da conjugalidade*. São Leopoldo: Editora Sinodal; 2015. p. 33-50.
30. Wagner A, Mossmann C, Falcke D. *Viver a dois: oportunidades e desafios da conjugalidade*. São Leopoldo: Editora Sinodal; 2015.
31. Wagner A, Tronco C, Armani A. Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In: Wagner A, organizador. *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed; 2011. p. 19-38.
32. Wagner A, organizador. *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed; 2011.
33. Minuchin P, Colapinto J, Minuchin S. *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artmed; 1999.
34. Papp LM, Cummings EM, Goeke-Morey MC. For richer, for poorer: money as a topic of marital conflict in the home. *Family Relations*. 2009;58(1):91-103. DOI: 10.1111/j.1741-3729.2008.00537.x.

Correspondência

Débora Silva de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Escola de Humanidades

Curso de Psicologia – Prédio 11

Av. Ipiranga, 6681, Partenon

90619-900 Porto Alegre, RS, Brasil

debora_deoli@yahoo.com.br

Submetido em: 24/04/2016

Aceito em: 15/08/2016